



Prova Objetiva – Nível Superior

AGENTE DE FISCALIZAÇÃO - ESPECIALIDADE - CIÊNCIAS JURÍDICAS

Tipo 2 – VERDE



SUA PROVA

Além deste caderno de prova, contendo cem questões objetivas, você receberá do fiscal de sala:

- uma folha destinada às respostas das questões objetivas



TEMPO

- **4:30 horas** é o tempo disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas da prova objetiva
- **2 horas** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de prova
- **1 hora** antes do término do período de prova é possível retirar-se da sala levando o caderno de prova



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala



INFORMAÇÕES GERAIS

- As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta
- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher a folha de respostas
- Use somente caneta esferográfica, em material transparente, com tinta preta ou azul
- Assine seu nome apenas nos espaços reservados
- Marque na folha de respostas o campo relativo à confirmação do tipo/cor de prova, conforme o caderno recebido
- O preenchimento das respostas da prova objetiva é de sua responsabilidade e não será permitida a troca da folha de respostas em caso de erro
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento de suas respostas. Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas da prova objetiva, não sendo permitido anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de prova
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na folha de respostas
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas

Conhecimentos Gerais

Texto 1 – Alterar o ECA depende da situação carcerária
(*O Globo*, Opinião, 23/06/2015)

Nas unidades de internação de menores infratores reproduzem-se as mesmas mazelas dos presídios para adultos: superpopulação, maus-tratos, desprezo por ações de educação, leniência com iniciativas que visem à correição, falhas graves nos procedimentos de reinclusão social etc. Um levantamento do Conselho Nacional do Ministério Público mostra que, em 17 estados, o número de internos nos centros para jovens delinquentes supera o total de vagas disponíveis; conservação e higiene são peças de ficção em 39% das unidades e, em 70% delas, não se separam os adolescentes pelo porte físico, porta aberta para a violência sexual.

Assim como os presídios, os centros não regeneram. Muitos são, de fato, e também a exemplo das carceragens para adultos, locais que pavimentam a entrada de réus primários no mundo da criminalidade. Esta é uma questão que precisa ser tratada no âmbito de uma reforma geral da política penitenciária, aí incluída a melhoria das condições das unidades socioeducativas para os menores de idade. Nunca, no entanto, como argumento para combater a adequação da legislação penal a uma realidade em que a violência juvenil se impõe cada vez mais como ameaça à segurança da sociedade.

O raciocínio segundo o qual as más condições dos presídios desaconselham a redução da maioria penal consagra, mais do que uma impropriedade, uma hipocrisia. Parte de um princípio correto – a necessidade de melhorar o sistema penitenciário do país, uma unanimidade – para uma conclusão que dele se dissocia: seria contraproducente enviar jovens delinquentes, supostamente ainda sem formação criminal consolidada, a presídios onde, ali sim, estariam expostos ao assédio das facções.

Falso. A realidade mostra que ações para melhorar as condições de detentos e internos são indistintamente inexistentes. A hipocrisia está em obscurecer que, se o sistema penitenciário tem problemas, a rede de “proteção” ao menor consagrada no Estatuto da Criança e do Adolescente também os tem. E numa dimensão que implica dar anteparo a jovens envolvidos em atos violentos, não raro crimes hediondos, cientes do que estão fazendo e de que, graças a uma legislação paternalista, estão a salvo de serem punidos pelas ações que praticam.

Preservar o paternalismo e a esquizofrenia do ECA equivale a ficar paralisado diante de um falso impasse. As condições dos presídios (bem como dos centros de internação) e a violência de jovens delinquentes são questões distintas, e pedem, cada uma em seu âmbito específico, soluções apropriadas. No caso da criminalidade juvenil, o correto é assegurar a redução do limite da imputabilidade, sem prejuízo de melhorar o sistema penitenciário e a rede de instituições do ECA. Uma ação não invalida a outra. Na verdade, as duas são necessárias e imprescindíveis.

1

Na progressão do texto 1 há uma série de segmentos em que a relação entre a situação de menores infratores e a de prisioneiros adultos é estabelecida; o segmento em que essa relação está ausente é:

- (A) “Nas unidades de internação de menores infratores reproduzem-se as mesmas mazelas dos presídios...”;
- (B) “Assim como os presídios, os centros não regeneram”;
- (C) “...em 17 estados, o número de internos nos centros para jovens delinquentes supera o total de vagas disponíveis;”
- (D) “Muitos são, de fato, e também a exemplo das carceragens para adultos, locais que pavimentam a entrada de réus primários no mundo da criminalidade”;
- (E) “A realidade mostra que ações para melhorar as condições de detentos ou internos são indistintamente inexistentes”.

2

“Nas unidades de internação de menores infratores reproduzem-se as mesmas mazelas dos presídios para adultos: superpopulação, maus-tratos, desprezo por ações de educação, leniência com iniciativas que visem à correição, falhas graves nos procedimentos de reinclusão social etc.”.

Nesse segmento do primeiro parágrafo do texto 1, o emprego da forma ETC. indica que:

- (A) a enumeração inclui todas as mazelas dos presídios;
- (B) além das falhas graves nos procedimentos de reinclusão social há outras falhas graves em outros procedimentos que foram esquecidas;
- (C) mazelas de menor importância não foram citadas;
- (D) problemas de maior relevância não foram citados por não ser esse o melhor momento para fazê-lo;
- (E) a lista de elementos citados não inclui a totalidade das mazelas dos presídios para adultos.

3

Na estruturação do texto 1, a função do primeiro parágrafo é:

- (A) mostrar que a situação dos centros de internação de menores é caótica e que, por isso mesmo, não podem receber mais delinquentes;
- (B) indicar uma crítica ao sistema penitenciário que antecipa a rejeição da redução da maioria penal;
- (C) denunciar falhas na rede de instituições do ECA, idênticas às dos adultos, a fim de que se negue força ao argumento de que a situação carcerária desaconselharia a redução da maioria penal;
- (D) apoiar a ideia de que a redução da maioria penal não deve fazer com que menores delinquentes sejam internados junto a adultos;
- (E) criticar o desprezo das autoridades diante de problemas carcerários que afetam tanto os menores quanto os adultos.

4

No texto 1 há um grupo de vocábulos com sentido negativo produzido pela presença do prefixo IM/IN/I; a opção em que esse prefixo apresenta esse sentido nos dois vocábulos é:

- (A) inadiáveis / internação;
- (B) infratores / instituições;
- (C) impropriedade / indistintamente;
- (D) inexistentes / implicar;
- (E) iniciativas / inimputabilidade.

5

“...seria contraproducente enviar jovens delinquentes a presídios”; se desenvolvermos a oração reduzida desse segmento do texto 1, a forma adequada seria:

- (A) que se enviasse jovens delinquentes a presídios;
- (B) que se enviem jovens delinquentes a presídios;
- (C) que se enviassem jovens delinquentes a presídios;
- (D) que enviemos jovens delinquentes a presídios;
- (E) que se envie jovens delinquentes a presídios.

6

A substituição do termo destacado por um adjetivo é INADEQUADA em:

- (A) “internação de menores” / internação juvenil;
- (B) “peças de ficção” / peças fictícias;
- (C) “mundo da criminalidade” / mundo criminal;
- (D) “adequação da legislação” / adequação legislativa;
- (E) “condições dos presídios” / condições presidiárias.

7

“Nas unidades de internação de menores infratores reproduzem-se as mesmas mazelas dos presídios para adultos”; a frase abaixo em que se repete o mesmo sentido do vocábulo sublinhado é:

- (A) Os menores têm mesmo que pagar por seus crimes.
- (B) Os crimes são punidos pela mesma lei de antigamente.
- (C) É mesmo verdade que as leis irão mudar?
- (D) Os dois presídios têm as mesmas condições.
- (E) As celas são abertas pela mesma chave.

8

O texto entre aspas que exemplifica adequadamente o problema dos presídios destacados no primeiro parágrafo do texto 1 é:

- (A) Superpopulação – “Os presos são divididos em vários grupos e cada grupo só tem direito a banho de sol de quinze minutos”.
- (B) Maus-tratos - “Os presos são obrigados a permanecer em fila durante a revista diária e, só após o toque da sirene, podem ir para as celas”.
- (C) Desprezo por ações de educação – “Os prisioneiros fazem as refeições em conjunto e nem sempre as normas de polidez à mesa são seguidas”.
- (D) Conservação e higiene são peças de ficção – “Ao serem libertados, os prisioneiros sofrem preconceitos quando se apresentam para empregos”.
- (E) Leniência com iniciativas que visem à correição – “Os presos que se rebelam por algum motivo são levados para as solitárias, onde ficam às vezes por vários dias”.

9

Ao citar o levantamento feito pelo Conselho Nacional do Ministério Público, o autor do texto 1 tem a finalidade argumentativa de:

- (A) demonstrar a atualidade das informações prestadas;
- (B) indicar a seriedade do tema tratado;
- (C) valorizar a precisão da informação dada;
- (D) mostrar a polêmica motivada pelo tema;
- (E) criticar a incúria das autoridades.

10

Nos pares abaixo, o adjetivo que NÃO pode ser classificado entre os adjetivos de relação é:

- (A) maioria penal;
- (B) violência sexual;
- (C) reforma geral;
- (D) más condições;
- (E) sistema penitenciário.

11

O segmento do texto 1 em que a conjunção E une termos que, no contexto, podem ser vistos como redundantes é:

- (A) “conservação e higiene são peças de ficção”;
- (B) “melhorar as condições de detentos e internos”;
- (C) “o sistema penitenciário e a rede de instituições do ECA”;
- (D) “Preservar o paternalismo e a esquizofrenia”;
- (E) “Estatuto da Criança e do Adolescente”.

12

“Assim como os presídios, os centros não regeneram”; a forma de reescrever-se esse período do texto 1 que mostra uma possibilidade de mudança de sentido é:

- (A) os centros não regeneram, assim como os presídios;
- (B) os centros, assim como os presídios, não regeneram;
- (C) os presídios, tais quais os centros, não regeneram;
- (D) os centros não regeneram tanto quanto os presídios;
- (E) tanto os presídios quanto os centros não regeneram.

13

A seção de jornal de onde foi retirado o texto denomina-se *Opinião*; no caso do texto 1, a opinião que é estruturalmente a mais importante é a de que:

- (A) não se pode aceitar o argumento, contrário à redução da maioria penal, de que a situação carcerária impede essa redução;
- (B) é urgente em todo o país a melhora do sistema penitenciário e a rede de instituições do ECA;
- (C) nas unidades de internação ocorre um aprendizado do crime pelos que são réus primários;
- (D) o ECA é um estatuto superado, pois desconhece os próprios problemas, protegendo os menores de forma paternalista e esquizofrênica;
- (E) é inadiável a obtenção de soluções apropriadas para a violência de jovens delinquentes, que só pode ser obtida pela redução da maioria penal.

14

Em algumas passagens do texto 1 o autor emprega construções com voz passiva, o que traz a vantagem de omitir-se o agente da ação; a frase abaixo que NÃO exemplifica essa estratégia, por não estar na voz passiva, é:

- (A) “...graças a uma legislação paternalista, estão a salvo de serem punidos pelas ações que praticam”;
- (B) “...em 70% delas, não se separam os adolescentes pelo porte físico, porta aberta para a violência sexual”;
- (C) “Nas unidades de internação de menores infratores reproduzem-se as mesmas mazelas dos presídios...”;
- (D) “A realidade mostra que as ações para melhorar as condições de detentos e internos são indistintamente inexistentes”;
- (E) “Esta é uma questão que precisa ser tratada no âmbito de uma reforma geral da política penitenciária...”.

15

O segmento do texto 1 em que está ausente uma estrutura de base comparativa é:

- (A) “Assim como os presídios, os centros não regeneram”;
- (B) “As condições dos presídios (bem como dos centros de internação) e a violência de jovens delinquentes...”;
- (C) “Nas unidades de internação de menores infratores reproduzem-se as mesmas mazelas dos presídios para adultos”;
- (D) “...legislação penal a uma realidade em que a violência juvenil se impõe cada vez mais como ameaça à segurança da sociedade”;
- (E) “...se o sistema penitenciário tem problemas, a rede de proteção ao menos consagrada no ECA também os tem”.

16

“Esta é uma questão que precisa ser tratada no âmbito de uma reforma geral da política penitenciária, aí incluída a melhoria das condições socioeducativas para os menores de idade”.

A afirmação correta sobre o termo “aí” é:

- (A) indica o local da reforma geral onde deve ser incluída a melhoria pretendida;
- (B) refere-se ao termo “reforma geral da política penitenciária”, de forma a retomá-lo na frase seguinte;
- (C) é um termo anafórico, substituindo o termo “questão”, citado anteriormente no mesmo segmento;
- (D) funciona como um conectivo de forma coloquial, correspondendo à conjunção aditiva E;
- (E) mostra uma indicação de tempo, referindo-se ao momento da produção da reforma geral.

17

A passagem do texto 1 em que o termo sublinhado tem uma forma equivalente corretamente indicada é:

- (A) “Nunca, no entanto, como argumento para combater a adequação da legislação...” / no entretanto;
- (B) “Assim como os presídios, os centros não regeneram”. / Desse modo;
- (C) “...reproduzem-se as mesmas mazelas dos presídios para adultos:...” / em relação a;
- (D) “...superpopulação, maus-tratos, desprezo por ações de educação, ...” / em função de;
- (E) “Muitos são, de fato, e também a exemplo das carceragens para adultos...” / na verdade.

18

“...que seria contraproducente enviar jovens delinquentes, supostamente ainda sem formação criminal consolidada, a presídios onde, ali sim, estariam expostos ao assédio das facções”.

Nesse segmento do texto 1, a forma sublinhada indica:

- (A) uma reafirmação de algo dito anteriormente;
- (B) uma retificação de erro cometido pelo autor;
- (C) uma observação enfática sobre um ponto argumentativo;
- (D) uma oposição a outra opinião contrária;
- (E) uma ironia sobre declarações do ECA.

19

A linguagem empregada no texto 1 exemplifica tanto a linguagem lógica como a linguagem figurada; o segmento em que ocorrem somente casos de linguagem lógica é:

- (A) “...não se separam os adolescentes pelo porte físico, porta aberta para a violência sexual”;
- (B) “...locais que pavimentam a entrada de réus primários no mundo da criminalidade”;
- (C) “Preservar o paternalismo e a esquizofrenia do ECA equivale a ficar paralisado diante de um falso impasse”;
- (D) “No caso da criminalidade juvenil, o correto é assegurar a redução do limite da inimputabilidade...”;
- (E) “...conservação e higiene são peças de ficção em 39% das unidades...”.

20

Diante do leitor, a voz do autor do texto 1 é:

- (A) autoritária, pois mostra suas opiniões como certezas;
- (B) politicamente aliciadora, pois tenta convencer por meio de falácias argumentativas;
- (C) intimidadora, pois desconsidera intelectualmente os que participam de sua opinião;
- (D) sedutora, pois tenta manipular argumentos para que os leitores possam ficar convencidos;
- (E) pouco efetiva, pois o texto carece de conclusão que indique solução para o problema levantado.

21

Considerando o conjunto do texto 1, o título “Alterar o ECA independente da situação carcerária” representa:

- (A) uma opinião que se choca com a do autor do texto;
- (B) um argumento favorável à redução da maioria penal;
- (C) um contra-argumento que é explicitado no corpo do texto;
- (D) uma tese apoiada em argumentos de autoridade;
- (E) um argumento que se apoia na intimidação do leitor.

22

O autor do texto fala do paternalismo e da esquizofrenia do ECA; no texto 1, o termo sublinhado se refere a(à):

- (A) distúrbios mentais graves;
- (B) dissociação das funções psíquicas;
- (C) perda de contato com a realidade;
- (D) problemas de afetividade;
- (E) hipocondria e regressão.

23

“Preservar o paternalismo e a esquizofrenia do ECA equivale a ficar paralisado diante de um falso impasse”.

A afirmativa correta sobre um dos componentes desse segmento do texto 1 é:

- (A) o adjetivo “falso” indica uma opinião do autor;
- (B) a conjunção E está unindo dois termos sinônimos;
- (C) a forma verbal “equivale” deveria ser substituída por “equivalem”;
- (D) o adjetivo “paralisado” está no masculino porque concorda com “autor”;
- (E) a forma “do”, antes de ECA, deveria perder o artigo, já que uma sigla não tem gênero.

24

No texto 1, há duas oportunidades em que o autor empregou dois pontos(:):

1 – “...as mesmas mazelas dos presídios para adultos: superpopulação, maus-tratos, desprezo por ações de educação...”;

2 – “...para uma conclusão que dele se dissocia: seria contraproducente enviar jovens delinquentes...”.

Sobre essas duas ocorrências desses sinais de pontuação, a afirmação correta é:

- (A) as duas ocorrências precedem enumerações;
- (B) as duas ocorrências introduzem exemplificações;
- (C) as duas ocorrências mostram explicações;
- (D) só a primeira ocorrência introduz uma explicação;
- (E) só a segunda ocorrência prepara uma explicação.

Conhecimentos Específicos

25

Na análise de custo-efetividade de um projeto é necessário levar em consideração aspectos econômicos e financeiros, principalmente para a construção de indicadores de desempenho que podem ser de insumo, de processo, de produto e de impacto. Nesse sentido, pode ser considerado um indicador de impacto aquele no qual, em um projeto de:

- (A) formação profissional, avalia a variação na renda dos participantes após o curso em relação ao custo da capacitação;
- (B) arte-educação, indica a relação entre o número de oficinas realizadas pelo número de inscritos;
- (C) saúde materna, mede a relação entre o número de gestantes atendidas e o número de gestantes da região;
- (D) nutrição, aponta a disponibilidade de alimentos por pessoa atendida;
- (E) segurança, considera a quantidade de projetos de unidades prisionais aprovados.

26

Na formulação de programas e projetos públicos pode-se utilizar a técnica do Planejamento Estratégico Situacional (PES) que envolve a realização de um conjunto de atividades, organizadas em “momentos” ao invés de em “etapas rígidas”.

Em um desses “momentos” são desenvolvidos temas vitais, como a estrutura organizacional, o fluxo interno de informações, a coordenação do plano, do sistema de prestação de contas, as ferramentas gerenciais necessárias e a dinâmica da participação democrática na implantação do plano.

Esse “momento” do PES é conhecido como:

- (A) avaliativo;
- (B) explicativo;
- (C) normativo;
- (D) estratégico;
- (E) tático-operacional.

27

Em avaliação de programas e projetos é muito comum, na área pública, a ausência de um sistema estruturado de monitoramento e avaliação (M&A).

Essa ausência é um risco porque:

- (A) projetos diferentes de um mesmo governo perdem a comparabilidade;
- (B) favorece a construção do desenho teórico do projeto desde o início;
- (C) gera a melhoria de projetos com base em desempenho;
- (D) cria mecanismos de difusão e envolvimento com o projeto;
- (E) permite um sistema de transparência para prestação de contas.

28

O processo de planejamento e formulação de políticas públicas pode ser melhor compreendido pelo modelo do ciclo de políticas públicas e suas diferentes etapas.

No ciclo de políticas públicas, a melhor explicação para sua primeira etapa é aquela na qual:

- (A) o problema emerge, é representado, definido e tenta-se identificar suas possíveis causas;
- (B) a alternativa é definida, pois os principais atores do sistema político-administrativo buscam soluções para o problema;
- (C) o plano estratégico é definido para delinear os cursos de ação, recursos e competências necessários;
- (D) o arcabouço legal de suporte é apresentado e aprovado em um processo que envolve o legislativo;
- (E) o objetivo é verificar as consequências ou os efeitos da política pública implementada.

29

Existem diferentes tipos de avaliação de políticas públicas. Um desses tipos diferencia-se dos demais por ser realizado por pessoas de fora da instituição responsável, em geral com experiência nesse tipo de atividade.

Trata-se do seguinte tipo de avaliação:

- (A) somativa;
- (B) interna;
- (C) mista;
- (D) formativa;
- (E) externa.

30

Na determinação da extensão dos testes de auditoria, em geral, o auditor emprega técnicas de amostragem, porém essas apresentam alguns riscos. Acerca dos riscos de amostragem, avalie as afirmativas a seguir.

- I) O nível do risco de amostragem que o auditor está disposto a aceitar dos resultados afeta o tamanho da amostra.
- II) O auditor está sujeito aos riscos de amostragem tanto nos testes substantivos quanto nos testes de observância.
- III) Os riscos de superavaliação de confiabilidade e o risco de aceitação incorreta afetam a eficiência da auditoria, pois em geral conduzem o auditor a realizar trabalhos adicionais.
- IV) Os riscos de subavaliação da confiabilidade e o risco de rejeição incorreta afetam a eficácia da auditoria e têm mais probabilidade de conduzir a uma conclusão errônea.

É correto o que se afirma em:

- (A) somente I e II;
- (B) somente II e III;
- (C) somente III e IV;
- (D) somente I, II e IV;
- (E) I, II, III e IV.

31

Ao elaborar um contrato com uma empresa de auditoria independente, a entidade que seria auditada pela primeira vez incluiu no contrato uma cláusula acerca do trabalho a ser feito. A cláusula mencionava que, após o trabalho, o parecer deveria assegurar de forma incontestável que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante devido a fraude ou erro. Essa cláusula é considerada inadequada em decorrência do(a):

- (A) limitação do escopo da auditoria;
- (B) limitação inerente à auditoria;
- (C) risco de distorção relevante;
- (D) risco de controle;
- (E) risco inerente.

32

De acordo com a NBC TA que trata da estrutura conceitual para trabalhos de asseguarção, nesses trabalhos o auditor independente expressa uma conclusão com a finalidade de aumentar o grau de confiança dos outros usuários previstos acerca do resultado de avaliações ou mensurações efetuadas. O trabalho de asseguarção requer a consideração de alguns elementos. Das opções a seguir, a que NÃO constitui um dos elementos do trabalho de asseguarção é:

- (A) critérios adequados;
- (B) evidências apropriadas e suficientes;
- (C) objeto apropriado;
- (D) relatório de asseguarção escrito na forma apropriada;
- (E) relacionamento entre, pelo menos, duas partes (contratante e auditor).

33

Uma determinada entidade está sendo investigada após denúncias de envolvimento de funcionários em esquemas de corrupção e desvios de verbas. Com isso, o conselho de administração da entidade solicitou uma auditoria para determinar se as atividades financeiras e operacionais do segmento de distribuição estão obedecendo às regras que lhe são aplicáveis.

Esse tipo de auditoria solicitada pelo conselho de administração da entidade é denominado auditoria:

- (A) contábil;
- (B) de gestão;
- (C) de processos;
- (D) especial;
- (E) operacional.

34

Uma determinada firma de auditoria iniciou os trabalhos em uma entidade, a partir de um contrato que prevê execução de auditoria por cinco anos. Um dos auditores, ao executar o trabalho de auditoria inicial nessa entidade, atestou argumentos apresentados pela empresa auditada de tal forma a indicar comprometimento da objetividade do seu trabalho.

O posicionamento do auditor constitui ameaça à independência em decorrência de:

- (A) autorrevisão do trabalho;
- (B) defesa de interesse do cliente;
- (C) familiaridade;
- (D) intimidação profissional;
- (E) interesse próprio.

35

O contador está envolvido em um esquema de desfalques no caixa da empresa em que trabalha. A empresa mantém contas nos bancos X e Y. Com o objetivo de encobrir falta de dinheiro na conta do banco X, o contador deposita em 31/12 a quantia que faltava nessa conta, por meio de cheque da conta do banco Y. Porém, o cheque só foi registrado como desembolso na conta do banco Y em janeiro do ano seguinte. Na reconciliação bancária a falta de dinheiro no caixa é temporariamente ocultada em decorrência do tempo de compensação do cheque. Nos trabalhos de auditoria, esse tipo de desfalque é denominado:

- (A) desfalque encoberto;
- (B) desfalque sistêmico;
- (C) encaixe;
- (D) *kiting*;
- (E) *lapping*.

36

Durante a execução do trabalho de auditoria em uma determinada empresa, um auditor detectou que uma aquisição de mercadorias a prazo realizada em dezembro de 2012 só foi registrada quando do efetivo pagamento, no exercício seguinte. Em consequência disso, as contas de fornecedores a pagar e mercadorias para revenda apresentaram distorções no exercício de competência.

Nessa situação os testes realizados pelo auditor são:

- (A) teste principal para superavaliação de ativo e teste secundário para subavaliação de passivo;
- (B) teste principal para superavaliação de passivo e teste secundário para subavaliação de ativo;
- (C) teste principal para subavaliação de ativo e teste secundário para subavaliação de passivo;
- (D) teste principal para subavaliação de passivo e teste secundário para subavaliação de ativo;
- (E) teste principal para subavaliação de passivo e teste secundário para superavaliação de ativo.

37

A auditoria operacional consiste em revisões metódicas de um conjunto de fatores organizacionais em entidades do setor público ou do setor privado, e um dos objetivos é avaliar o cumprimento dos objetivos da organização.

Considerando os objetivos e as estratégias da auditoria operacional, é INCORRETO afirmar que:

- (A) a avaliação de indicadores não monetários está entre os objetivos da auditoria operacional;
- (B) a revisão limitada é uma das formas de auditoria operacional;
- (C) a auditoria operacional pode ser considerada um tipo de controle gerencial;
- (D) a auditoria operacional deve focar situações empresariais de maior risco para a continuidade dos negócios;
- (E) ao final de uma auditoria operacional, o auditor deve emitir um parecer com a sua opinião acerca dos fatos examinados.

38

De acordo com a NBC TA 230, que trata da documentação de auditoria, os papéis de trabalhos fornecem evidências relativas ao cumprimento do objetivo global do auditor e da conformidade do planejamento e execução da auditoria. No que tange aos papéis de trabalho, é correto afirmar que:

- (A) os registros relativos ao planejamento da auditoria não são considerados papéis de trabalho, mas apenas aqueles preparados pelo auditor durante a execução da auditoria;
- (B) não se recomenda a inclusão de resumos ou cópias de registros da entidade na documentação de auditoria, pois esses documentos podem ser facilmente acessados;
- (C) o auditor não precisa manter na documentação de auditoria versões superadas de papéis de trabalho e demonstrações contábeis;
- (D) quando apresentados de forma detalhada, os papéis de trabalho podem substituir alguns registros contábeis da entidade;
- (E) a conclusão da montagem dos arquivos de auditoria deve ser tempestiva, admitindo-se uma diferença máxima de 30 dias após a data do relatório do auditor.

39

Em muitas entidades, o Imobilizado representa um dos grupos de contas mais relevantes do Ativo e, como está sujeito a registros sistemáticos durante o exercício, deve passar por procedimentos específicos no exame de auditoria. Dos objetivos apresentados, o que está dissociado da auditoria do Imobilizado é:

- (A) avaliação dos bens, inclusive quanto à correção monetária;
- (B) especificação do custo de reposição dos bens;
- (C) detecção de eventual existência de ônus;
- (D) identificação de critérios e extensões das depreciações;
- (E) verificação de existência, propriedade e posse.

40

A NBC TA 265 dispõe que o auditor tem responsabilidade de comunicar apropriadamente, aos responsáveis pela governança e à administração, as deficiências de controle interno que foram identificadas na auditoria das demonstrações contábeis. De acordo com a norma citada, constituem indicadores de deficiência significativa do controle interno, EXCETO:

- (A) ausência de processo de avaliação de risco na entidade em que a existência desse processo seria normalmente esperada;
- (B) distorção detectada pelos procedimentos do auditor que não foi prevenida ou detectada e corrigida, pelo controle interno da entidade;
- (C) evidência da incapacidade da administração de supervisionar a elaboração das demonstrações contábeis;
- (D) evidência de subjetividade na determinação de valores estimados, a exemplo de estimativas contábeis a valor de mercado;
- (E) reapresentação de demonstrações contábeis emitidas anteriormente para refletir a correção de distorção relevante devido a erro ou a fraude.

41

Em uma determinada entidade, as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foram aprovadas em 27 de fevereiro de 2015; o relatório do auditor independente foi emitido em 09 de março de 2015; as demonstrações contábeis foram divulgadas em 22 de março de 2015 e aprovadas pelos acionistas em 04 de abril de 2015.

De acordo com a NBC TA 560, a data até quando o auditor independente deve executar procedimentos de auditoria desenhados para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente sobre os eventos que afetaram as demonstrações contábeis é:

- (A) 31 de dezembro de 2014;
- (B) 27 de fevereiro de 2015;
- (C) 09 de março de 2015;
- (D) 22 de março de 2015;
- (E) 04 de abril de 2015.

42

Uma empresa realizou e registrou as seguintes atividades, durante o exercício de 2014:

• Recebimento pela prestação de serviços, à vista;	\$ 300.000
• Recebimento de empréstimos obtidos, via emissão de debêntures de longo prazo;	\$ 75.000
• Pagamento à vista de fornecedores, referente ao suprimento de matérias-primas;	\$ 25.000
• Recebimento de equipamentos de informática em doação;	\$ 5.000
• Pagamento, no ato da compra, pela aquisição de terreno para construção da nova sede da empresa;	\$ 200.000
• Recebimento de dividendos pela participação acionária em outra empresa;	\$ 1.500
• Pagamento de bem do imobilizado, adquirido a prazo;	\$ 2.500
• Recebimento de rendimentos de aplicações financeiras, que geraram ativos classificados como equivalentes de caixa;	\$ 2.000
• Pagamento de juros sobre o capital próprio;	\$ 1.300
• Aquisição de veículo, via contrato de alienação fiduciária;	\$ 40.000
• Pagamento de duas parcelas do principal do empréstimo, obtido em exercício anterior;	\$ 7.500
• Pagamento de imposto municipal sobre os serviços prestados pela empresa.	\$ 15.000

Ao final do exercício de 2014, a Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC, pelo método direto, da empresa evidenciou como efeito das transações ocorridas no exercício:

- (A) um resultado positivo das atividades de financiamento, no valor de R\$63.700;
- (B) um resultado positivo das atividades operacionais, no valor de R\$260.000;
- (C) um resultado negativo das atividades de investimento, no valor de R\$193.500;
- (D) uma geração líquida de caixa positiva, no valor de R\$132.200;
- (E) uma geração líquida de caixa negativa, no valor de R\$87.200.

43

Uma empresa industrial realizou vendas no período de 1.000 itens do seu estoque, por R\$180,00 cada um, para pagamento em 30 dias. Ao cliente foi concedido um desconto de 1,5%, na nota fiscal e o frete, no valor de R\$2.250,00, é de responsabilidade da empresa.

Dados adicionais:

- o cliente terá um desconto de R\$1.800,00 no pagamento dentro do prazo;
- o custo de cada produto vendido é de R\$90,00;
- no mesmo período foram registrados: salários dos vendedores no valor de R\$4.200,00, outras despesas no valor de R\$1.350,00;
- ICMS no valor de R\$34.200;
- IPI no valor R\$9.000,00;
- PIS no valor de R\$1.170,00;
- COFINS no valor de R\$5.400,00.

Com base nas informações anteriores e nos dados acima, é possível determinar que a receita líquida é:

- (A) R\$46.530;
- (B) R\$129.680;
- (C) R\$136.530;
- (D) R\$138.680;
- (E) R\$139.230.

44

O parecer dos auditores independentes sobre as Demonstrações Contábeis da empresa DILU S/A, referente ao exercício de 2014, foi emitido com as seguintes ressalvas: ausência de reconhecimento adequado das provisões para perdas no estoque; ausência de adoção de critérios de *impairment* do imobilizado condizentes com a realidade econômica de seus ativos; e classificação indevida das obrigações a pagar inferior a 12 meses no Passivo Não Circulante. Considerando esses fatos, um analista financeiro, desejando conhecer a Liquidez Corrente (LC) da empresa, deverá:

- (A) realizar ajustes, reduzindo o valor do estoque e do imobilizado registrados no Ativo;
- (B) realizar ajuste, aumentando o valor do Ativo, em decorrência da ausência de realização do *impairment* pela empresa;
- (C) realizar ajuste, reduzindo o Passivo Circulante e aumentando o Passivo Não Circulante, em decorrência do valor de obrigações a pagar;
- (D) realizar ajustes, reduzindo o valor do estoque no Ativo Circulante e aumentando o valor de obrigações a pagar no Passivo Circulante;
- (E) considerar como base de sua análise as informações originais das Demonstrações Contábeis.

45

Analise as informações apresentadas pela contabilidade da empresa Beta S/A, no quadro abaixo.

Reserva de Lucros	133.485,00
Ativo Circulante	?
Capital Social	350.000,00
Realizável a L/P	374.773,00
Passivo Não Circulante	547.334,00
Investimentos	258.588,00
Reserva de Capital	232.408,00
Imobilizado	?
Intangível	226.119,00
Passivo Circulante	262.784,00
Índice de Liquidez Corrente =	2,0

De acordo com as informações, o total do Ativo Não Circulante é:

- (A) 140.963,00;
- (B) 525.568,00;
- (C) 1.000.443,00;
- (D) 1.385.048,00;
- (E) 1.526.011,00.

46

De acordo com as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/2007, que alterou o artigo 183 da Lei nº 6.404/76 e, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 12, o Ajuste a Valor Presente:

- (A) deve ser aplicado aos elementos integrantes do ativo que apresentem efeito relevante;
- (B) deve utilizar o método das taxas efetivas de juros, antes dos impostos;
- (C) deve considerar o valor pelo qual um ativo pode ser negociado, ou um passivo liquidado entre partes interessadas;
- (D) representa um sinônimo para ajuste de itens do ativo a valor justo;
- (E) deve ser realizado em base linear, refletindo os riscos específicos do ativo e do passivo, a partir das Demonstrações Contábeis do exercício anterior.

47

A Empresa Pública de Direitos Iguais, previamente ao encerramento do exercício financeiro, analisou seus contratos e identificou a realização de despesas sem prévio empenho, referente à aquisição de gêneros alimentícios para a festa de final do ano da empresa. O contador teve conhecimento desse fato e decidiu pelo registro patrimonial da despesa sem empenho, visando seu reflexo nas Demonstrações Contábeis do exercício. Sob a perspectiva da entidade pública, a realização desse registro no final do exercício teve por pressuposto a necessidade de atendimento dos seguintes princípios contábeis:

- (A) prudência e transparência;
- (B) registro pelo valor original e entidade;
- (C) entidade e prudência;
- (D) competência e equilíbrio;
- (E) oportunidade e competência.

48

Sob a perspectiva do serviço público, o princípio contábil que determina que a autonomia patrimonial tem origem na destinação social do patrimônio e a responsabilização pela obrigatoriedade da prestação de contas pelos agentes públicos é o princípio da:

- (A) entidade;
- (B) oportunidade;
- (C) compreensibilidade;
- (D) prudência;
- (E) transparência.

49

Considerando as diretrizes das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, em especial a NBC T 16.1, o conceito de unidade contábil deve ser aplicado para a:

- (A) realização de registros automáticos para unificação dos fatos contábeis de entidades filantrópicas;
- (B) gestão de informações de entidades privadas que prestam serviços continuados aos entes públicos;
- (C) unificação dos registros das entidades públicas que possuem ou não patrimônio próprio;
- (D) consolidação de entidades públicas e privadas para fins de atendimento a necessidades gerenciais e fiscais;
- (E) unificação de parcelas do patrimônio público vinculadas a unidades contábeis descentralizadas, para fins de controle e evidenciação dos seus resultados.

50

A Secretaria de Saúde da Prefeitura de Ararazul, para fins de cumprimento do limite constitucional de aplicação em Ações e Serviços Públicos em Saúde, realizou, ao final do exercício de 2014, o empenho da despesa de pessoal referente ao salário dos médicos de janeiro do exercício seguinte. Considerando esse empenhamento, o setor contábil não realizou a provisão para salários a pagar sob o enfoque patrimonial.

Sob a ótica da Resolução CFC nº 750/93 e suas atualizações, ao deixar de realizar esse registro, ele incorreu no descumprimento do seguinte princípio contábil:

- (A) entidade;
- (B) anualidade;
- (C) transparência;
- (D) competência;
- (E) registro pelo valor original.

51

As normas e as técnicas próprias da Contabilidade Pública têm como campo de aplicação, de acordo com os preceitos da NBC T 16.1, as entidades que atuem:

- (A) como conselhos profissionais;
- (B) como organizações da sociedade civil em geral;
- (C) sob a perspectiva do cumprimento de programas filantrópicos;
- (D) sob a perspectiva de organizações não governamentais;
- (E) como prestadoras de serviços de atividades fins para entes públicos.

52

A NBC T 16.1, aprovada pela Resolução CFC nº 1.128/2008, conceitua o campo de aplicação da Contabilidade Aplicada ao Setor Público como o espaço de atuação do profissional de contabilidade que demanda estudo, interpretação, identificação, mensuração, avaliação, registro, controle e evidenciação de fenômenos contábeis, decorrentes de variações patrimoniais. A NBC T 16.1 segrega o escopo de aplicação das normas de Contabilidade Aplicada ao Setor Público em integral e parcial. Das entidades a seguir, as que se enquadram no escopo de aplicação parcial são:

- (A) autarquias;
- (B) conselhos profissionais;
- (C) empresas estatais dependentes;
- (D) fundações públicas;
- (E) organizações da sociedade civil de interesse público.

53

Uma determinada entidade, por problemas de natureza financeira, atrasou o pagamento das contas de água, energia e telefone. Tal atraso gera a obrigação de pagamento de multas e juros de mora, mas em decorrência de não se saber exatamente o valor dos juros e das multas, foram registrados apenas os valores constantes das contas originalmente recebidas. Tal procedimento está em desacordo com o seguinte princípio de contabilidade:

- (A) atualização monetária;
- (B) competência;
- (C) oportunidade;
- (D) prudência;
- (E) registro pelo valor original.

54

No Departamento de Contabilidade da Secretaria de Finanças de um município, o contador convocou uma reunião para discutir o reconhecimento de uma receita. Trata-se da arrecadação de uma receita decorrente de processo judicial em que o município é sujeito ativo. Após a conclusão do processo, a outra parte reconheceu a dívida e assinou termo, comprometendo-se a pagar em quatro parcelas de R\$25.000, sendo a primeira com vencimento em 15 de dezembro de 20x4, que foi arrecadada, e as demais parcelas no mesmo dia nos meses seguintes.

A partir das definições da Lei nº 4.320/1964 e dos princípios de contabilidade aplicada ao setor público, é correto afirmar que:

- (A) sob o enfoque orçamentário, a receita tem natureza extraorçamentária, pois não constava no orçamento aprovado;
- (B) sob o enfoque orçamentário, não se deve reconhecer a receita até a arrecadação de todas as parcelas;
- (C) sob o enfoque patrimonial, deve-se reconhecer apenas a parcela da receita lançada em 20x4, de R\$25.000;
- (D) sob o enfoque patrimonial, deve-se reconhecer em 20x4 toda a receita lançada, de R\$100.000;
- (E) sob ambos os enfoques, orçamentário e patrimonial, deve-se reconhecer apenas a parcela da receita arrecadada em 20x4, de R\$25.000.

55

Em um determinado exercício, após julgamento das prestações de contas, o prefeito de um município foi responsabilizado por danos causados ao patrimônio público municipal, de forma a restituir valores ao erário. Essa situação em que o gestor de uma entidade do setor público é responsabilizado por seus atos na gestão do patrimônio está relacionada ao seguinte princípio de contabilidade:

- (A) competência;
- (B) continuidade;
- (C) entidade;
- (D) oportunidade;
- (E) prudência.

56

O Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana tem como fato gerador a propriedade de bem imóvel localizado na zona urbana do Município. O reconhecimento dessa receita sob o enfoque patrimonial, no momento do lançamento, é registrado da seguinte forma:

- (A) D 6.2.1.1.x.xx.xx Receita a Realizar
C 6.2.1.2.x.xx.xx Receita Realizada
- (B) D 6.2.1.2.x.xx.xx Receita Realizada
C 6.2.1.1.x.xx.xx Receita a Realizar
- (C) D 1.1.2.2.x.xx.xx Créditos Tributários a Receber
C 4.1.1.2.x.xx.xx Impostos Sobre o Patrimônio e a Renda
- (D) D 4.1.1.2.x.xx.xx Caixa e Equivalentes de Caixa
C 1.1.2.2.x.xx.xx Impostos Sobre o Patrimônio e a Renda
- (E) D 1.1.1.1.1.xx.xx Caixa e Equivalentes de Caixa
C 1.1.2.2.x.xx.xx Créditos Tributários a Receber

57

Similarmente à Constituição da República, a Lei Orgânica do Município de São Paulo estipula que os Poderes Executivo e Legislativo manterão, de forma integrada, sistema de controle interno.

Sobre o relacionamento desse sistema de controle interno com o Tribunal de Contas do Município, é correto afirmar que:

- (A) o controle interno do Poder Legislativo, se solicitado pelo Tribunal de Contas do Município, pode realizar auditorias e inspeções em órgãos e entidades do Poder Executivo;
- (B) por operar autonomamente, o órgão de controle interno do Poder Executivo não está sujeito a realizar auditorias por solicitação do Tribunal de Contas do Município;
- (C) somente o Tribunal de Contas do Município pode realizar auditorias operacionais em órgãos e entidades do Poder Executivo;
- (D) as auditorias realizadas no âmbito do sistema de controle interno restringem-se a órgãos e entidades públicos;
- (E) o controle interno deve apoiar o controle externo, no exercício de sua missão institucional.

58

Sobre os processos de contas anuais, de acordo com as disposições de seu regimento interno, é correto afirmar que o Tribunal de Contas do Município de São Paulo:

- (A) ao julgar suas próprias contas, emitirá juízo conclusivo sobre sua aprovação ou rejeição;
- (B) não admite recurso contra o acórdão que aprovar o parecer sobre as contas do prefeito;
- (C) tomará as contas do prefeito caso não sejam apresentadas no prazo previsto na Lei Orgânica do Município;
- (D) julgará as contas da Mesa da Câmara Municipal de São Paulo;
- (E) apreciará, mediante parecer prévio, as contas das entidades da administração indireta do Município.

59

Segundo a Constituição da República, o controle externo de cada município é exercido pelo Poder Legislativo municipal com auxílio do órgão municipal de contas, onde houver, ou de órgão estadual de contas.

Considerando esse modelo de controle externo, caso um município que ainda não possua, mas pretenda instituir, um órgão de contas municipal:

- (A) poderá criar um tribunal de contas do município se previamente autorizado por lei municipal, desde que previsto na lei orgânica do ente federado;
- (B) poderá criar um tribunal de contas do município se previamente autorizado por lei estadual aprovada pela assembleia legislativa do estado e ratificada por lei municipal;
- (C) poderá criar um tribunal de contas do município se previamente autorizado por lei federal aprovada pelo Congresso Nacional e ratificada por lei municipal;
- (D) de acordo com o arcabouço constitucional vigente, não poderá criar um órgão municipal de contas, pois essa possibilidade é vedada pela Constituição da República;
- (E) poderá criar um conselho municipal de contas, única forma admitida pela Constituição da República para novos órgãos municipais de contas, se previamente autorizado por lei municipal e previsto na lei orgânica do ente federado.

60

De acordo com o art. 11 da Lei Orgânica do Município de São Paulo "qualquer munícipe, partido político, associação ou entidade é parte legítima para denunciar irregularidades à Câmara Municipal ou ao Tribunal de Contas, bem como aos órgãos do Poder Executivo".

Segundo o Regimento Interno do Tribunal de Contas do Município de São Paulo, que disciplinou os requisitos de admissibilidade e processamento para essas denúncias, é correto afirmar que:

- (A) são admitidas somente denúncias cujo autor esteja identificado, vedando-se o anonimato;
- (B) o denunciante está dispensado de apresentar provas ou indícios da ilegalidade ou irregularidade noticiada;
- (C) constatada a existência de irregularidade durante a apuração, os responsáveis serão sumariamente condenados pelo tribunal, dispensando-se o contraditório nos casos de denúncia;
- (D) concluída a fase instrutória, os autos poderão ser submetidos a qualquer dos órgãos colegiados (tribunal pleno ou câmaras);
- (E) uma vez recebida e conhecida pelo relator, não pode o tribunal determinar o arquivamento de denúncia inepta.

61

A Lei Orgânica do Município de São Paulo atribui ao Tribunal de Contas do município competência para realizar, nas unidades administrativas dos Poderes Legislativo e Executivo do município, inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial.

Essas auditorias podem ser realizadas por iniciativa do próprio Tribunal ou se solicitadas:

- (I) pela Câmara Municipal de São Paulo;
- (II) por comissões da Câmara Municipal ou por vereador no cumprimento de seu mandato;
- (III) pelo prefeito do município;
- (IV) pelo presidente do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo;
- (V) por cidadãos que subscreverem requerimento de pelo menos 1% (um por cento) do eleitorado do município.

A opção que contém apenas legitimados a requerer auditorias ao Tribunal de Contas, segundo a Lei Orgânica do Município, é:

- (A) (I) e (II);
- (B) (I) e (V);
- (C) (II) e (IV);
- (D) (III) e (IV);
- (E) (III) e (V).

62

As transferências voluntárias da União para estados e municípios realizadas mediante convênios, contratos de repasse e termos de parceria fazem parte de um sistema de cooperação para execução de ações de interesse recíproco, financiadas majoritariamente com recursos do orçamento federal. Suponha que a União, por meio do Ministério da Cultura, transfira voluntariamente, mediante convênio, recursos para a Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo para financiar um projeto na área de preservação da memória. O município cofinancia a ação por meio do aporte de uma contrapartida de 10% do total do ajuste.

Quanto à jurisdição dos órgãos de controle externo, é correto afirmar que:

- (A) compete exclusivamente ao Tribunal de Contas da União a fiscalização do ajuste, pois os recursos são majoritariamente federais;
- (B) há uma competência concorrente do Tribunal de Contas do Município e do Tribunal de Contas da União, de forma autônoma e independente;
- (C) compete ao Tribunal de Contas do Município fiscalizar somente a aplicação dos recursos da contrapartida do ajuste;
- (D) compete exclusivamente ao Tribunal de Contas do Município a fiscalização do ajuste, pois os recursos têm como destino o orçamento do município;
- (E) o Tribunal de Contas do Município pode fiscalizar o ajuste desde que previamente autorizado pelo Tribunal de Contas da União, mediante acordo de cooperação.

63

A Organização Internacional das Entidades Fiscalizadoras Superiores (Intosai, na sigla em inglês) foi fundada em 1953 e promove o intercâmbio de informações e de experiências entre as chamadas entidades fiscalizadoras superiores (EFS), que são organizações de auditoria governamental externa, entre elas tribunais de contas, auditorias gerais, controladorias e congêneres, a depender do país onde estão instituídas.

A "Declaração de Lima", adotada no IX Congresso da Intosai, ocorrido em 1977, em Lima, no Peru, é reconhecida como a magna carta da auditoria governamental, e fornece as bases filosóficas e conceituais para os trabalhos desenvolvidos pelas EFS.

De acordo com a Declaração de Lima, é atividade considerada típica e indispensável de uma EFS:

- (A) a realização de pré-auditorias;
- (B) a realização de pós-auditorias;
- (C) a realização de auditorias estritamente nas operações previstas no orçamento;
- (D) o estabelecimento de procedimentos operacionais para a administração pública;
- (E) o estabelecimento de normas de auditoria para o setor governamental.

64

A Organização Internacional das Entidades Fiscalizadoras Superiores (Intosai, na sigla em inglês) foi fundada em 1953 e promove o intercâmbio de informações e de experiências entre as chamadas entidades fiscalizadoras superiores (EFS), que são organizações de auditoria governamental externa, entre elas tribunais de contas, auditorias gerais, controladorias e congêneres, a depender do país onde estão instituídas.

A “Declaração de Lima”, adotada no IX Congresso da Intosai, ocorrido em 1977, em Lima, no Peru, é reconhecida como a magna carta da auditoria governamental, e fornece as bases filosóficas e conceituais para os trabalhos desenvolvidos pelas EFS.

A Seção 3 da Declaração de Lima trata de preceitos aplicáveis aos serviços de auditoria interna e externa.

Sobre esse tema, analise as afirmativas a seguir:

- (I) As entidades fiscalizadoras superiores são serviços de auditoria externa.
- (II) Apesar de o serviço de auditoria interna ser subordinado ao chefe do departamento no qual foi estabelecido, ele deve ser, na medida do possível, funcional e organizacionalmente independente.
- (III) Incumbe aos responsáveis pelo serviço de auditoria externa avaliar a eficácia dos serviços de auditoria interna.

Está correto o que se afirma em:

- (A) somente (I);
- (B) somente (I) e (II);
- (C) somente (I) e (III);
- (D) somente (II) e (III);
- (E) (I), (II) e (III).

Conhecimentos Especializados**65**

Determinado Prefeito Municipal foi cientificado de que a Câmara dos Vereadores aprovou reforma da lei orgânica municipal que, no seu entender, era inconstitucional. Ato contínuo, procurou sua assessoria jurídica e solicitou a elaboração de estudo sobre o controle concentrado de constitucionalidade das leis municipais utilizando-se como paradigma de confronto a Constituição Estadual.

A esse respeito, é correto afirmar que:

- (A) os legitimados à deflagração do controle de constitucionalidade, perante o Tribunal de Justiça, devem ser os mesmos previstos para realizar esse tipo de controle perante o Supremo Tribunal Federal;
- (B) as normas de reprodução obrigatória, que só reproduzem comandos da Constituição da República, não podem ser utilizadas como paradigma de confronto no controle de constitucionalidade realizado pelo Tribunal de Justiça;
- (C) o controle concentrado de constitucionalidade, realizado pelo Tribunal de Justiça, não impede que a matéria seja rediscutida, pelo Supremo Tribunal Federal, em sede de controle difuso de constitucionalidade;
- (D) o controle de constitucionalidade realizado pelo Tribunal de Justiça somente pode utilizar, como paradigma de confronto, as normas que reproduzam comandos da Constituição da República;
- (E) a Constituição da República deve ser igualmente utilizada como paradigma, pelo Tribunal de Justiça, ao realizar o controle concentrado de constitucionalidade.

66

A respeito da atividade do denominado poder constituinte derivado, considere V para a(s) afirmativa(s) correta(s) e F para a(s) falsa(s).

- () A alteração de redação, pelo Senado Federal, da proposta de emenda constitucional inicialmente aprovada pela Câmara dos Deputados, sempre exige o seu retorno à Casa Iniciadora.
- () Os limites materiais à reforma constitucional não protegem a literalidade da disposição constitucional, mas, sim, o núcleo essencial dos princípios e institutos a que se referem.
- () A iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo para a deflagração do processo legislativo afeto a certas matérias deve ser igualmente observada em relação às propostas de emenda constitucional.

A sequência correta é:

- (A) F – V – F;
- (B) V – F – V;
- (C) V – V – V;
- (D) F – F – F;
- (E) V – F – F.

67

A Câmara dos Vereadores de determinado Município recém-criado constituiu comissão com o objetivo de oferecer sugestões a respeito das taxas que poderiam ser criadas à luz das competências municipais. Entre as proposições a seguir, todas formuladas pela referida comissão, a única que se mostra compatível com a Constituição da República é:

- (A) o serviço de energia elétrica, de competência municipal, é remunerado mediante taxa;
- (B) não há relação de proporcionalidade necessária entre a taxa e o custo do serviço;
- (C) o serviço público de tratamento ou destinação de lixo não pode ser remunerado mediante taxa;
- (D) taxas e preços públicos têm sua cobrança condicionada à prévia autorização orçamentária;
- (E) o serviço de iluminação pública não pode ser remunerado mediante taxa.

68

Reginaldo e Ednaldo, irmãos e estudantes de direito, travaram intenso debate a respeito da possibilidade, ou não, de retroatividade das leis. Considerando a sistemática constitucional a respeito dessa matéria, é correto afirmar que:

- (A) enquanto não requerido o benefício previdenciário, ainda que preenchidos os requisitos previstos em lei, há mera expectativa de direito, não verdadeiro direito adquirido;
- (B) na medida em que não ostenta natureza contratual, não há direito adquirido ao regime jurídico do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;
- (C) a lei nova alcança os efeitos futuros de contratos celebrados anteriormente à sua vigência, não havendo que se falar em afronta ao ato jurídico perfeito;
- (D) a garantia da coisa julgada a que se refere a Constituição da República alcança tanto aquela formada no processo judicial como no administrativo;
- (E) o Tribunal de Contas, no exercício de suas competências, pode determinar a exclusão de vantagens ilegais, ainda que reconhecidas em sentença judicial transitada em julgado.

69

Determinado Prefeito Municipal foi informado sobre a carência de pessoal em diversos setores da administração pública. À luz desse quadro, solicitou que sua assessoria se manifestasse a respeito de alguns aspectos do concurso público a ser realizado, bem como sobre a possibilidade de remanejamento de servidores no âmbito da própria administração. Dentre as proposições ofertadas pela assessoria, a única que se compatibiliza com a Constituição da República é:

- (A) somente a lei, não o edital, pode condicionar à aprovação em exame psicotécnico a habilitação de candidato a concurso público;
- (B) é possível a transposição de cargos, no âmbito da administração, ainda que integrem carreiras diversas, desde que os requisitos para o preenchimento sejam os mesmos;
- (C) não há qualquer limitador à previsão de critério etário em edital de concurso público, o que decorre da exigência de tempo mínimo de contribuição para a aposentadoria;
- (D) a idade mínima para que o candidato possa participar do concurso público é matéria tipicamente regulamentar, devendo ser prevista no edital do respectivo certame;
- (E) não há qualquer limitador à exigência de altura mínima em edital de concurso público, o que decorre da necessidade de a administração pública padronizar o perfil dos seus servidores.

70

Determinada lei orgânica municipal veiculou comando estabelecendo critérios detalhados sobre o provimento dos cargos em comissão existentes no Município e outro dispendo que contratos e convênios acima de determinado valor, celebrados pelo Poder Executivo, devem ser ratificados pela Câmara dos Vereadores. Considerando os balizamentos estabelecidos pela Constituição da República, é correto afirmar que:

- (A) ambos os comandos são constitucionais, já que a disciplina básica a respeito do regime jurídico dos servidores e dos contratos da administração pública é matéria da lei orgânica;
- (B) somente o primeiro comando é inconstitucional, já que a definição de critérios detalhados a respeito do provimento dos cargos em comissão não é matéria da alçada da lei orgânica;
- (C) somente o segundo comando é inconstitucional, já que afronta a separação de poderes a submissão à Câmara dos Vereadores dos contratos e convênios a que se refere a lei orgânica;
- (D) ambos os comandos são inconstitucionais, já que o primeiro deles não poderia ser inserido na lei orgânica, e o segundo afronta a separação dos poderes;
- (E) o segundo comando é constitucional, já que o controle externo do Poder Executivo é realizado pelo Poder Legislativo, o que abrange a possibilidade de ratificação dos ajustes celebrados.

71

A Constituição da República estabelece uma série de princípios gerais afetos à atividade econômica. A esse respeito, é correto afirmar que:

- (A) lei municipal não pode determinar a instalação de equipamentos destinados a proporcionar conforto e segurança ao usuário do serviço bancário;
- (B) lei municipal não pode fixar, sob o alegado interesse do consumidor, o horário de funcionamento do comércio no Município;
- (C) não ofende o princípio da livre concorrência a lei municipal que impede a instalação de mais de um estabelecimento comercial do mesmo ramo em determinada área;
- (D) empresa pública, mesmo que não explore atividade econômica em sentido estrito, prestando serviço público, não pode gozar de privilégios fiscais;
- (E) os empregados de sociedade de economia mista, regidos pela CLT, não possuem a estabilidade própria dos servidores públicos.

72

O motoboy Ricardo conduzia sua motocicleta em via pública para fazer a última entrega de pizza da noite, quando foi abalroado por ônibus de propriedade de determinada sociedade empresária concessionária de serviço público de transporte coletivo municipal, conduzido pelo motorista Antônio, que invadiu a contramão de direção, dando causa à colisão. Em decorrência do acidente, Ricardo sofreu lesões corporais de natureza gravíssima, consistentes na amputação do pé esquerdo e parte da perna esquerda. De acordo com a Constituição da República de 1988, aplica-se, na hipótese, a responsabilidade civil:

- (A) subjetiva, razão pela qual Ricardo deve ser indenizado diretamente pelo poder público municipal, desde que haja a efetiva comprovação do dolo ou culpa do motorista do ônibus;
- (B) subjetiva, razão pela qual Ricardo deve ser indenizado pela sociedade empresária prestadora do serviço público, independentemente da comprovação do dolo ou culpa do motorista do ônibus;
- (C) objetiva, razão pela qual Ricardo deve ser indenizado solidariamente pela sociedade empresária prestadora do serviço público, poder público municipal e motorista, independentemente da comprovação do dolo ou culpa do desse último;
- (D) objetiva, razão pela qual Ricardo deve ser indenizado diretamente pelo poder público municipal, desde que haja a efetiva comprovação do dolo ou culpa do motorista do ônibus;
- (E) objetiva, razão pela qual Ricardo deve ser indenizado pela sociedade empresária prestadora do serviço público, independentemente da comprovação do dolo ou culpa do motorista do ônibus.

73

Em tema de regime jurídico dos bens públicos em geral, a doutrina de Direito Administrativo destaca a característica da:

- (A) alienabilidade, isto é, os bens públicos podem ser alienados diretamente pelo Administrador, desde que observado o valor de mercado e a renda auferida seja destinada ao interesse público;
- (B) impenhorabilidade, isto é, os bens públicos não se sujeitam ao regime de penhora, em decorrência de dívidas dos entes públicos;
- (C) imprescritibilidade, isto é, os bens públicos são suscetíveis de aquisição por usucapião, desde que observados os requisitos legais, como prazos em dobro em relação aos bens particulares;
- (D) onerabilidade, isto é, os bens públicos sempre podem ser dados como garantia para o credor, por meio de penhor, hipoteca e anticrese, para garantir o adimplemento da obrigação;
- (E) disponibilidade, isto é, os bens públicos são titularizados pelo atual chefe do Poder Executivo, que possui livre disposição sobre eles, segundo seus critérios de oportunidade e conveniência.

74

Em janeiro de 2009, Francisco, Prefeito de determinado Município, frustrou a licitude de processo licitatório ao contratar sociedade empresária para prestar serviços de limpeza de córregos municipais, ao arrepio dos ditames legais, com direcionamento da licitação e superfaturamento do valor do contrato. Francisco exerceu o mandato eletivo até 31/12/2012, quando foi sucedido por Almir, novo Prefeito, que conseguiu comprovar, por meio de processo administrativo, todas as ilegalidades praticadas na contratação em tela, somente no ano de 2015. A condenação de Francisco pela prática de ato de improbidade administrativa às sanções previstas no art. 12, da Lei nº 8.429/92 é:

- (A) possível no âmbito do próprio processo administrativo instaurado pelo novo Prefeito, desde que tenha sido oportunizado ao investigado o contraditório e a ampla defesa, sendo que as penas podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, de acordo com a gravidade do fato;
- (B) possível no âmbito de processo administrativo perante o Tribunal de Contas, desde que tenha sido oportunizado ao investigado o contraditório e a ampla defesa, sendo possível o decreto da indisponibilidade de bens do agente para assegurar o integral ressarcimento do dano;
- (C) possível no âmbito de processo judicial de natureza criminal que tenha tramitado perante o Poder Judiciário, por meio de ação penal pública incondicionada em que tenham sido observados os direitos constitucionais de defesa do réu;
- (D) somente possível no âmbito de processo judicial de natureza cível que tenha tramitado perante o Poder Judiciário, sendo que, na fixação das penas, o juiz levará em conta a extensão do dano causado, assim como o proveito patrimonial obtido pelo agente;
- (E) impossível no atual momento, pois já se operou a prescrição da pretensão de aplicação das penas previstas na lei de improbidade administrativa, eis que já transcorreram mais de 5 (cinco) anos da data do ilícito.

75

Maria é servidora pública municipal ocupante exclusivamente de cargo em comissão há dez anos. Ao descobrir que Maria estava grávida, o Prefeito Municipal decide exonerá-la, mas solicita, por cautela, parecer prévio à Procuradoria Municipal. Com base nas normas constitucionais que regem a matéria, o Procurador emite, corretamente, parecer no sentido de que:

- (A) apesar de o cargo em comissão ser de livre nomeação e exoneração, a servidora goza de estabilidade provisória decorrente da gravidez, razão pela qual não é recomendável sua imediata exoneração;
- (B) apesar de o cargo em comissão ser de livre nomeação e exoneração, a exoneração da servidora por motivo exclusivo de gravidez deve ser precedida de processo administrativo no qual se comprove a existência gestação;
- (C) se proceda imediatamente à exoneração da servidora, desde que não conste na fundamentação do ato a existência da gravidez, para evitar a aplicação da teoria dos motivos determinantes;
- (D) se proceda imediatamente à exoneração da servidora, conforme vontade do Prefeito, eis que cargos em comissão são de livre nomeação e exoneração, não fazendo jus a servidora a qualquer estabilidade;
- (E) se proceda imediatamente à exoneração da servidora, antes do nascimento do filho, eis que, apesar de a servidora não ter direito à estabilidade provisória pela gravidez, terá direito à licença maternidade.

76

Consoante dispõe a Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Município de São Paulo (Lei Municipal nº 9.167/1980), é da competência exclusiva do Tribunal Pleno:

- (A) propor ao Legislativo, ouvido o Executivo sobre as repercussões financeiras, a criação ou a extinção de cargos dos seus quadros e a fixação dos respectivos vencimentos;
- (B) admitir, dentro das dotações orçamentárias próprias e da legislação aplicável, pessoal para serviços temporários ou de natureza técnica especializada;
- (C) autorizar a abertura de licitações e homologá-las, proceder ao seu cancelamento ou anulação, conforme o caso, bem como requisitar ou expedir ordens relativas às despesas, bem como autorizar os respectivos pagamentos;
- (D) decidir sobre exonerações, demissões, aposentadorias, disponibilidade, férias, licenças ou outras vantagens legais do pessoal das Secretarias, bem como conceder adicionais e gratificações, nos termos da lei;
- (E) prover os cargos da Secretaria-Diretoria Geral e das Secretarias Processual e Administrativa, na forma da lei, bem como expedir os atos relativos às relações jurídico-funcionais dos Conselheiros e do pessoal das Secretarias.

77

A Lei nº 12.846/2013, conhecida como Lei Anticorrupção, prevê a responsabilização objetiva, no âmbito civil e administrativo, de empresas que praticam atos lesivos contra a administração pública nacional ou estrangeira. De acordo com o citado diploma legal, o acordo de leniência somente poderá ser celebrado se preenchidos, cumulativamente, os seguintes requisitos:

- I - a pessoa jurídica seja a primeira a se manifestar sobre seu interesse em cooperar para a apuração do ato ilícito;
- II - a pessoa jurídica cesse completamente seu envolvimento na infração investigada a partir da data de propositura do acordo;
- III - a pessoa jurídica:
 - (A) promova o ressarcimento integral do dano ao erário no momento em que for firmado o acordo de leniência e seja proibida de contratar com o poder público pelo período de 5 (cinco) anos;
 - (B) permaneça com seus bens indisponíveis, no limite do valor do dano ao erário, até o integral ressarcimento e seja proibida de receber incentivos, subsídios, subvenções ou empréstimos de órgãos ou entidades públicas pelo prazo de 5 (cinco) anos;
 - (C) seja proibida de receber incentivos, subsídios, subvenções, doações ou empréstimos de órgãos ou entidades públicas e de instituições financeiras públicas ou controladas pelo poder público, pelo prazo de 5 (cinco) anos;
 - (D) admita sua participação no ilícito e coopere plena e permanentemente com as investigações e o processo administrativo, comparecendo, sob suas expensas, sempre que solicitada, a todos os atos processuais, até seu encerramento;
 - (E) mesmo não reconhecendo expressamente sua participação no ilícito, promova o integral ressarcimento dos danos ao erário no prazo máximo de 3 (três) anos contados da data da assinatura do acordo.

78

Em razão da grande quantidade de obras realizadas ao mesmo tempo por toda a cidade, determinado Município do interior do Estado contratou, mediante dispensa de licitação, sociedade empresária de notória especialização para prestação de serviços técnicos de fiscalização, supervisão e gerenciamento de obras, de natureza singular. A contratação ocorreu no âmbito de processo administrativo e pelo preço total de R\$500.000,00 (quinhentos mil reais), valor compatível com o de mercado. No caso em tela, a conduta do Município está:

- (A) correta, porque realmente é hipótese de dispensa de licitação prevista em lei;
- (B) correta, porque o Município poderia escolher entre dispensa e inexigibilidade de licitação;
- (C) errada, porque seria a hipótese de inexigibilidade e não de dispensa de licitação;
- (D) errada, porque deveria a contratação necessariamente ser precedida de licitação, na modalidade tomada de preços;
- (E) errada, porque deveria a contratação necessariamente ser precedida de licitação, na modalidade concorrência.

79

Controle é o conjunto de meios pelos quais pode ser exercida função de natureza fiscalizatória sobre determinado órgão ou pessoa administrativa. Nesse contexto, é correto afirmar que a entidade integrante da Administração Indireta:

- (A) não é submetida ao chamado controle político, eis que seus dirigentes são escolhidos internamente por critérios técnicos, sem qualquer intervenção da autoridade competente da Administração Direta da pessoa política a que é vinculada;
- (B) está sujeita ao controle financeiro, pelo qual são fiscalizados seus setores financeiro e contábil, tão somente em seu âmbito interno, diante da autonomia da entidade, que não está sujeita ao controle externo pelo Tribunal de Contas, uma vez que não pertence à Administração Direta;
- (C) é submetida a controle pela Administração Direta da pessoa política a que é vinculada, normalmente por meio do Ministério ou da Secretaria que fica encarregado de fiscalizar o grupo de pessoas da administração indireta que executam atividades correlatas à sua competência;
- (D) está sujeita ao controle judicial, necessariamente após o esgotamento das tentativas administrativas de resolução consensual da lide por meio do controle interno da própria entidade e do controle externo da Administração Direta do ente federativo a que estiver vinculada;
- (E) é submetida a controle externo pelo Tribunal de Contas, órgão auxiliar do Poder Legislativo, mas não está sujeita a qualquer controle pela Administração Direta da pessoa política a que é vinculada, diante de sua autonomia administrativa, financeira e contábil.

80

Sociedade empresária do ramo de salão de beleza requereu ao Município de São Paulo licença de funcionamento. O pedido foi indeferido porque, de fato, o local escolhido para sua instalação não comportava tal atividade, de acordo com a Lei Municipal nº 13.885/2004 (Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo), que estabelece, entre outras, as diretrizes para instalação e funcionamento de estabelecimentos comerciais nas diversas zonas urbanas, fixadas nos termos do Plano Diretor. Mesmo com o indeferimento, a sociedade empresária se instalou no local e iniciou suas atividades. Após diligência dos fiscais municipais, o Município lavrou auto de infração e interditou o salão. Inconformado, o particular impetrou mandado de segurança requerendo a desinterdição e a obtenção da licença. No caso em tela, a sociedade empresária:

- (A) tem razão, porque, ao legislar sobre uso do solo, o Município não poderia impedir a livre iniciativa de empresários que geram empregos e aumentam a arrecadação tributária, além de que os fiscais agiram com abuso de poder, eis que não apresentaram mandado judicial para realizar a fiscalização;
- (B) tem parcial razão, cabendo apenas a desinterdição, porque, pelo princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional, somente o Judiciário poderia determinar a interdição, observados o contraditório e ampla defesa;
- (C) não tem razão, porque o Município agiu no regular emprego de seu poder disciplinar e sancionador, que lhe permite fiscalizar e limitar atividades privadas, de acordo com a legislação, em prol do interesse público;
- (D) não tem razão, porque o Município agiu no regular emprego de seu poder regulamentar, que lhe permite, caso a caso, condicionar, restringir e paralisar atividades particulares em favor dos interesses da coletividade, quando verificar que as posturas municipais não estão sendo obedecidas;
- (E) não tem razão, porque o Município agiu no regular emprego de seu poder de polícia, cabendo ao Judiciário tão somente apreciar se houve algum vício de legalidade na conduta do Município, o que incorreu na hipótese.

81

A Constituição da República de 1988 estabelece que a política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes. Nesse contexto, como instrumento de consecução da política urbana, o Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257/01) prevê:

- (A) a desapropriação sanção, nos casos em que, decorridos dez anos de cobrança do IPTU progressivo sem que o proprietário tenha cumprido a obrigação de parcelamento, edificação ou utilização, o Município poderá proceder à desapropriação do imóvel, pela metade do valor de mercado, mediante pagamento em títulos da dívida pública no prazo de até vinte anos;
- (B) a usucapião especial de imóvel urbano para aquele que possuir como sua área ou edificação urbana de até quinhentos metros quadrados, por três anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural, e o título de domínio será conferido ao homem ou à mulher, ou a ambos, independentemente do estado civil;
- (C) o estudo de impacto de vizinhança (EIV) que é imprescindível para todo e qualquer empreendimento residencial ou empresarial, privado ou público, em área urbana em imóvel com mais de quinhentos metros quadrados, que deverá ser elaborado e executado de forma a contemplar os efeitos positivos e negativos do empreendimento quanto à qualidade de vida da população residente na área e suas proximidades;
- (D) a usucapião especial coletiva nas áreas urbanas com mais de duzentos e cinquenta metros quadrados, ocupadas por população de baixa renda para sua moradia, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, onde não for possível identificar os terrenos ocupados por cada possuidor, desde que os possuidores não sejam proprietários de outro imóvel urbano ou rural;
- (E) o direito de preempção, que consiste na prerrogativa do poder público municipal de utilizar o solo, o subsolo ou o espaço aéreo relativo ao terreno de particular que não tenha cumprido a obrigação de parcelamento, edificação ou utilização, por tempo determinado em lei, mediante escritura pública registrada no cartório de registro de imóveis, sem direito à indenização.

82

Poderá ser previsto(a) na Lei Orçamentária Anual:

- (A) Anexo de Metas Fiscais, em que serão estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas e despesas;
- (B) documento com a estipulação das diretrizes, objetivos e metas da administração pública para as despesas de capital e outras delas decorrentes, e para as relativas aos programas de duração continuada;
- (C) política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento;
- (D) autorização para a contratação de operações de crédito;
- (E) demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita e da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado.

83

De acordo com o sistema constitucional tributário, a previsão de imunidade é:

- (A) limitação à instituição de tributos estaduais e municipais, imposta pela União, através de lei complementar nacional;
- (B) dispensa legal do pagamento do tributo ou penalidade pecuniária;
- (C) modalidade especial de extinção do crédito tributário;
- (D) não incidência qualificada pela lei;
- (E) limitação constitucional ao poder de tributar.

84

Lei municipal, publicada em 20 de dezembro de 2015, aumenta a base de cálculo e também a alíquota do IPTU. Em relação ao fato gerador que ocorrerá em 1º/01/2016:

- (A) será aplicável a nova base de cálculo e será aplicável a nova alíquota;
- (B) não será aplicável a nova base de cálculo, mas será aplicável a nova alíquota;
- (C) será aplicável a nova base de cálculo e não será aplicável a nova alíquota;
- (D) não será aplicável a nova base de cálculo e não será aplicável a nova alíquota;
- (E) será aplicável a nova base de cálculo e será aplicável metade da nova alíquota.

85

A competência tributária atribuída a um Estado:

- (A) poderá ser transferida, caso o Estado não a exerça;
- (B) poderá ser exercida pelos municípios do Estado, no limite de seus territórios, caso o Estado não a exerça;
- (C) não poderá ser transferida, salvo por meio de emenda à Constituição do Estado;
- (D) não pode ser exercida por nenhuma outra pessoa jurídica de direito público;
- (E) pode ser exercida pela União Federal, até que o Estado a exerça.

86

Para fins da Lei de Responsabilidade Fiscal, uma empresa pública, pertencente à Administração Indireta do município:

- (A) não será considerada como estatal dependente, se receber do município, ente controlador, recursos financeiros para pagamento de despesas com pessoal;
- (B) será considerada como estatal dependente, se receber do município, ente controlador, orientação sobre a política oficial de fomento;
- (C) será considerada como estatal dependente, se receber do município, ente controlador, recursos financeiros para pagamento de despesas de custeio em geral;
- (D) não será considerada como estatal dependente, se receber do município, ente controlador, orientação sobre a política oficial de fomento;
- (E) não será considerada como estatal dependente, se receber do município, ente controlador, orientação sobre a política oficial de custeio.

87

Com relação aos temas sujeitos do processo, partes, capacidade, deveres e responsabilidade por dano processual, substituição, sucessão, ação rescisória, bem como formação, suspensão e extinção de processo, com atenção à jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que:

- (A) a inobservância da regra que determina a suspensão do processo com a morte de qualquer das partes enseja nulidade absoluta, por ausência do pressuposto processual da capacidade das partes;
- (B) se o conhecimento da lide depender necessariamente da verificação da existência de fato delituoso, pode o juiz mandar sobrestar o andamento do processo até que se pronuncie a justiça criminal, caso em que não será aplicável o limite de um ano para a duração da suspensão;
- (C) proposta ação rescisória no prazo de dois anos para o seu ajuizamento, poderá ser realizada a citação de litisconsorte necessário em momento posterior, não ocorrendo a decadência do direito de pleitear a rescisão, porquanto tempestivamente exercido;
- (D) a morte do advogado da parte suspende o curso do processo apenas a partir do momento em que comunicada ao juízo, sendo válidos e eficazes os atos processuais praticados entre o óbito do causídico e a sua efetiva comunicação nos autos;
- (E) nas causas submetidas ao procedimento sumário, havendo desistência da ação em relação a corréu não citado, o prazo para o comparecimento dos demais réus à audiência de conciliação não é alterado.

88

Figure-se a hipótese em que Caio ajuíza demanda em face de Tício, alegando ter direito à propriedade de um imóvel registrado em nome deste último e pedindo a declaração do domínio do autor sobre o bem, assim como a imissão na posse do imóvel. Suponha-se, ainda, que, após a citação, o imóvel foi alienado por Tício a Mévio, um investidor imobiliário. A partir dessa situação hipotética, assinale a alternativa correta, considerando a jurisprudência dos Tribunais Superiores, é correto afirmar que:

- (A) o ingresso de Mévio no processo, como substituto de Tício ou como seu assistente, dependerá do consentimento de Caio, mas a sentença produzirá efeitos em relação a Mévio independente de sua participação no processo como parte ou assistente;
- (B) Mévio não poderá substituir Tício no polo passivo, nem sofrerá os efeitos da sentença se não intervier no processo como assistente, caso em que não dependerá do consentimento de Caio;
- (C) Mévio possui legitimidade ativa para o ajuizamento de embargos de terceiro, na qualidade de senhor e possuidor, postulando a manutenção da posse do bem, em caso de turbação ou esbulho por ato judicial;
- (D) a sentença proferida nos autos produz efeitos em relação a Mévio, salvo se demonstrar que adotou todos os cuidados que dele se esperavam para a concretização do negócio, notadamente a verificação de que, sobre a coisa, não pendiam ônus judiciais ou extrajudiciais capazes de invalidar a alienação;
- (E) Tício somente poderá ser substituído por Mévio no polo passivo do processo se Caio consentir, ao passo que Mévio apenas será admitido como assistente com a anuência de Tício, estendendo-se os efeitos da sentença *in utilibus* a Mévio.

89

Relativamente à ação popular, à ação civil pública e à ação de improbidade, à luz da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que:

- (A) é inconstitucional lei complementar estadual que atribua competência privativa ao Procurador-Geral de Justiça para a propositura de ação civil pública contra prefeitos municipais, por usurpação da competência legislativa da União para legislar sobre a organização, as atribuições e o estatuto do Ministério Público;
- (B) a ação civil pública de improbidade administrativa não é a via adequada para pleitear a condenação de membro do Ministério Público à pena de perda da função pública, tendo em vista que a garantia da vitaliciedade exige o ajuizamento de ação judicial específica para a aplicação da referida sanção, cuja iniciativa compete, por força de lei, ao Procurador-Geral de Justiça ou ao Procurador-Geral da República;
- (C) o Ministério Público tem legitimidade para pleitear, em ação civil pública, a indenização decorrente do seguro obrigatório DPVAT (Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre) em benefício de segurados, visto que se trata de direito revestido de interesse social qualificado;
- (D) não são devidos honorários advocatícios pela Fazenda Pública nas execuções individuais de sentença proferida em ações coletivas, quando não embargadas;
- (E) na ação popular que tenha como causa de pedir a prática de ato lesivo ao patrimônio municipal, é facultativo o litisconsórcio passivo entre o Município, o funcionário que praticou o ato impugnado e o beneficiário direto desse ato.

90

Quanto à temática dos recursos, e considerando a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que:

- (A) proferida sentença em determinado processo, a parte sucumbente interpôs apelação, levada a julgamento por órgão colegiado do Tribunal de Justiça e desprovida. O causídico do apelante, presente à sessão do julgamento, opõe, no dia consecutivo, embargos de declaração em face do acórdão, antes mesmo da publicação deste, sustentando a existência de obscuridade. Nessa situação, os embargos de declaração constituem recurso prematuro e extemporâneo, porquanto opostos em momento anterior ao termo *a quo* legalmente previsto, de modo que não preenchem o requisito da tempestividade;
- (B) o Município de São Paulo e certo Estado estrangeiro são partes de um processo que corre perante a Justiça Federal, no âmbito do qual foi proferida decisão interlocutória prejudicial aos interesses da municipalidade, suscetível de causar à parte lesão grave e de difícil reparação. Nesse caso, o procurador municipal que oficia no feito, para buscar a reforma da decisão, deverá interpor agravo de instrumento, cuja competência para julgamento será do Superior Tribunal de Justiça;
- (C) o Município de São Paulo foi condenado por sentença ao pagamento de valor superior a 60 (sessenta) salários mínimos, mas deixou de interpor recurso de apelação no prazo legal. Em sede de reexame necessário, o Tribunal de Justiça proferiu acórdão confirmando a sentença. Nessa hipótese, não poderá o referido Município interpor Recurso Especial em face do acórdão, ante a ocorrência de preclusão lógica, derivada de conduta omissiva anterior incompatível com a vontade de recorrer;
- (D) o Município de São Paulo, restando parcialmente sucumbente em determinado processo, interpôs apelação em face da sentença, pleiteando a reforma da parcela que lhe foi desfavorável, enquanto o outro litigante apresentou apelação adesiva. Nessa situação, tanto o recurso principal quanto o adesivo serão dispensados de preparo, pois o recurso adesivo é subordinado ao principal e observa as mesmas regras deste quanto ao preparo;
- (E) contra determinada sentença foram interpostas uma apelação principal e uma apelação adesiva, sendo que o relator veio a proferir decisão monocrática antecipando os efeitos da tutela recursal pleiteada no recurso adesivo. Nessa hipótese, é possível a desistência da apelação principal antes do seu julgamento pelo órgão colegiado do Tribunal, caso em que a apelação adesiva não será conhecida.

91

A respeito da execução contra as pessoas jurídicas de direito público e dos precatórios, com atenção à jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal, é correta a seguinte situação:

- (A) foi ajuizada execução em face do Município de São Paulo, fundada em título judicial que reconhece a exigibilidade de obrigação de pagar quantia superior a 60 (sessenta) salários mínimos. Nessa hipótese, a sentença que julgar improcedentes os embargos à execução opostos pelo Município estará sujeita ao reexame necessário;
- (B) determinado credor da Fazenda Pública, titular de crédito de natureza alimentícia de montante inferior ao triplo estabelecido para requisições de pequeno valor e que contava com 70 (setenta) anos de idade na data da expedição do precatório, vem a falecer, deixando como único herdeiro pessoa de 65 (sessenta e cinco) anos de idade. Nessa situação, o sucessor terá direito de preferência no pagamento do precatório;
- (C) determinado credor da Fazenda Pública foi preterido em seu direito de precedência na ordem de adimplemento dos precatórios, tendo sido efetuado pagamento indevido a outro credor em momento anterior. Nessa hipótese, o sujeito prejudicado pode requerer ao Presidente do Tribunal que autorize o sequestro da quantia respectiva, a fim de satisfazer o crédito preterido por meio de constrição no patrimônio do credor incorretamente beneficiado;
- (D) o Município de São Paulo foi executado judicialmente por título judicial que reconhece a exigibilidade de obrigação definida em lei como de pequeno valor, mas não opôs embargos. Nessa situação, não serão devidos, pelo executado, honorários advocatícios sucumbenciais;
- (E) no momento da expedição de certo precatório, a Fazenda Pública demandada requereu o abatimento, a título de compensação, dos valores que lhe são devidos por aquele credor, comprovando a inscrição em dívida ativa. Nessa hipótese, o requerimento do ente público não deve ser acolhido, sob pena de ofensa aos cânones constitucionais, dentre eles a separação entre os Poderes.

92

Carlos instituiu em favor de Teresa, Helena e Paula direito real de habitação sobre uma casa. Helena, antes de completar um ano de exercício, firma acordo escrito com Vera, registrado no cartório de títulos e documentos, cedendo onerosamente o exercício de seu direito real de habitação a ela e a seus sucessores. Logo em seguida, Teresa empresta uma parte da casa para que ali resida temporariamente uma pessoa de sua confiança. Considerando as disposições contidas no Código Civil sobre a matéria, Carlos:

- (A) não poderia ter constituído direito real de habitação a mais de um beneficiário, posto que não se admite o co-exercício no direito real de habitação;
- (B) não pode se opor à cessão do exercício do direito real de habitação, ante a sua natureza *intuitu personae*;
- (C) pode se opor à cessão do exercício do direito real de habitação, pois, sendo o direito real de habitação personalíssimo, é inválida a cessão onerosa ou gratuita de seu exercício;
- (D) pode se opor à cessão feita por Helena, pois, sendo o direito real de habitação *intuitu personae*, somente se admite a cessão gratuita de seu exercício;
- (E) pode se opor à cessão do exercício do direito real de habitação, porquanto a validade da referida cessão está condicionada à autorização de todos os titulares do direito real de habitação.

93

Maria e José resolveram celebrar uma transação para pôr termo a diversas ações em que figuram como autor e réu respectivamente, inclusive partilhando imóveis de propriedade comum. Arrependida do acordo celebrado, Maria requer ao juiz da ação onde se realizou o referido pacto que indefira o pedido de homologação da transação. Considerando os dados fornecidos pelo problema, é correto afirmar que o pedido de Maria:

- (A) será indeferido, pois o desfazimento da transação depende da anuência do Ministério Público;
- (B) será deferido, porquanto ninguém é obrigado a contratar;
- (C) será deferido, porque o negócio jurídico celebrado não tem poder vinculante;
- (D) será indeferido, pois é impossível o arrependimento e rescisão unilateral da transação, já que suas condições obrigam definitivamente;
- (E) será deferido, porque não está o juiz obrigado à sua homologação, notadamente se verificar que uma das partes foi mais beneficiada do que a outra.

94

Manuel, proprietário de muitas fazendas de criação de gado, resolveu estabelecer, em favor de seu filho Joaquim, usufruto de 1000 (mil) cabeças de gado, sendo 500 (quinhentas) de gado leiteiro e 500 (quinhentas) de gado de corte. Firmou-se no ato constitutivo que o direito real se estabelecia pelo prazo de 05 (cinco) anos. Decorrido o prazo estabelecido, chegada a hora da restituição das cabeças de gado a Manuel, Joaquim constata que possuía agora 300 (trezentas) cabeças de gado leiteiro e 850 (oitocentos e cinquenta) cabeças de gado de corte. Assim, procurou Manuel para restituir 300 (trezentas) cabeças de gado leiteiro e 500 (quinhentas) cabeças de gado de corte. Insatisfeito com a quantidade de gado que pretendia Joaquim lhe devolver, Manuel ajuíza uma ação judicial postulando ao juiz a condenação do réu Joaquim a lhe entregar 500 (quinhentas) cabeças de gado leiteiro e 850 (oitocentos e cinquenta) cabeças de gado de corte. Considerando os dados fornecidos pelo problema e as disposições do Código Civil sobre o tema, é correto afirmar que o pedido será julgado:

- (A) procedente em parte, pois o réu tem o dever de entregar todas as cabeças de gado que tiver em seu poder no momento da extinção do usufruto, de modo que está obrigado a restituir as 300 (trezentas) cabeças de gado leiteiro e as 850 (oitocentas e cinquenta) cabeças de gado de corte;
- (B) procedente, devendo o réu restituir 500 (quinhentas) cabeças de gado leiteiro e 850 (oitocentas e cinquenta) cabeças de gado de corte, pois tem o nu-proprietário direito a receber de volta as cabeças de gado que entregou, acrescidas das crias que nasceram durante o exercício do direito real de usufruto;
- (C) procedente em parte, pois pode o réu compensar os animais perdidos (gado leiteiro) entregando ao autor 1000 (mil) cabeças de gado, sendo 300 (trezentas) cabeças de gado leiteiro e 700 (setecentas) cabeças de gado de corte, guardando para si a diferença de 150 cabeças de gado, porque nascidas no curso do usufruto;
- (D) procedente em parte, pois o proprietário tem direito a receber de volta exatamente o que entregou, isto é, 500 (quinhentas) cabeças de gado leiteiro e 500 (quinhentas) cabeças de gado de corte, de modo que não tem direito às cabeças de gado nascidas no decurso do exercício do direito real;
- (E) procedente em parte, pois o réu tem o dever de restituir apenas as cabeças de gado leiteiro que tiver em seu poder, além das 500 (quinhentas) cabeças de gado de corte, acrescidas de metade do número de crias existentes ao tempo da extinção do usufruto.

95

O espólio de Caio ajuíza ação buscando a anulação de uma doação realizada pelo falecido, alegando que o doador atuou em erro quando celebrou o negócio jurídico. Citado, o réu contesta o pedido alegando que a doação foi lícita, que o doador era maior e capaz e que eram amigos desde a infância. Alega, ainda, a ocorrência de decadência, posto que o contrato de doação foi realizado em 29/07/2004 e a ação distribuída em 30/07/2009. Considerando as disposições constantes no Código Civil sobre a matéria, é correto afirmar que a prejudicial de decadência:

- (A) não deve ser acolhida, pois não há decadência do direito de impugnar os atos nulos, como é o caso;
- (B) não pode ser acolhida, porque não atinge os atos praticados com vício de consentimento;
- (C) deve ser acolhida, porquanto já decorridos quatro anos da data de sua prática;
- (D) não deve ser acolhida, porque ainda não decorridos quatro anos contados da ciência dos prejudicados acerca da prática do ato;
- (E) deve ser acolhida se provado o prejuízo efetivo dos interessados.

96

Cuidando-se de obrigação indivisível em que haja vários devedores, sendo inadimplente um deles, a cláusula penal de natureza pecuniária poderá ser exigida pelo credor:

- (A) integralmente de cada um dos devedores;
- (B) proporcionalmente de cada um dos devedores, inclusive do devedor culpado;
- (C) integralmente de qualquer um dos devedores;
- (D) proporcionalmente, e somente do devedor culpado;
- (E) proporcionalmente de cada um dos devedores não culpados.

97

Visando dar concretude à Lei de Responsabilidade Fiscal, foi introduzido no Código Penal o artigo 359-D, que prevê o crime de “ordenação de despesa não autorizada”.

Sobre esse tema, é correto afirmar que:

- (A) trata-se de crime próprio, logo nunca poderá ser praticado por particular, ainda que em concurso de agentes com o funcionário público;
- (B) trata-se de norma penal em branco, tendo em vista que independe de norma integradora para sua integral compreensão e aplicação;
- (C) o crime se consuma quando o funcionário ordenar a despesa não autorizada em lei, ainda que esta não venha efetivamente a ser realizada;
- (D) estará configurado o delito do artigo 359-D, CP, caso seja ordenada despesa não autorizada em regulamento interno, ainda que omissa a lei sobre tal vedação;
- (E) de acordo com o Código Penal, admite-se a modalidade culposa do delito.

98

Maurício estava na festa de aniversário de seu pai e sua mãe, que, juntos, comemoravam seus aniversários de 61 anos e 59 anos respectivamente. Com a intenção de comprar bebidas, subtrai R\$1.000,00 (mil reais) da carteira de seu pai sem que ninguém veja sua conduta. Já no dia seguinte pela manhã, ingressa no quarto de sua mãe para subtrair dólares, mas depara-se com a genitora trocando de sapatos. Decide, então, ameaçá-la de morte e levar todo o dinheiro que era apenas de sua mãe. Diante dessa situação, é correto afirmar que:

- (A) Maurício é isento de pena pela prática dos dois crimes, em razão da escusa absolutória pelo fato de as vítimas serem seus genitores;
- (B) Maurício é isento de pena pela prática da conduta engendrada contra o pai, mas não contra a mãe;
- (C) as condutas praticadas por Maurício são atípicas, pois os bens subtraídos também podem ser considerados de sua propriedade;
- (D) Maurício é isento de pena pela prática da conduta engendrada em desfavor de sua mãe, mas não pela conduta praticada contra seu pai;
- (E) Maurício deverá responder pela prática de ambos os crimes, não havendo que se falar em aplicação de escusas absolutórias.

99

Pablo, enquanto se dirigia para o trabalho, foi parado em uma blitz realizada pela Polícia Militar. O policial pediu ao motorista que se identificasse e apresentasse a documentação do veículo. Pablo, então, apresentou os documentos do automóvel e sua carteira de motorista. Ocorre que, em consulta ao sistema próprio, o agente da lei verificou que o documento de identificação apresentado era falsificado. Considerando apenas as informações narradas, é correto afirmar que a conduta de Pablo:

- (A) configura crime de uso de documento falso em concurso material com falsificação de documento particular;
- (B) configura crime de falsa identidade;
- (C) configura crime de uso de documento falso em concurso material com falsificação de documento público;
- (D) é atípica, pois a apresentação dos documentos não foi espontânea, somente ocorrendo por solicitação dos policiais;
- (E) configura crime de uso de documento falso, apenas.

100

Dois prefeitos de cidades vizinhas, Ricardo e Bruno, encontram-se em um bar, após uma reunião cansativa de negócios. Ricardo bebia doses de whisky e, mesmo não sendo essa sua intenção, acabou ficando embriagado. Enquanto isso, Bruno bebia apenas refrigerante, mas foi colocado em seu copo um comprimido de substância psicotrópica por um eleitor de sua cidade, que também o deixou completamente embriagado. Após, ainda alterados, cada um volta para a sede de sua prefeitura e apropriam-se de bens públicos para proveito próprio.

Considerando o fato narrado, é correto afirmar que:

- (A) Ricardo e Bruno são isentos de pena, pois a embriaguez de ambos decorreu de força maior;
- (B) Ricardo deverá responder pelo crime praticado, enquanto Bruno é isento de pena;
- (C) Ricardo e Bruno deverão responder pelos crimes praticados, pois a embriaguez nunca exclui a imputabilidade penal;
- (D) Ricardo e Bruno, caso sejam denunciados, responderão criminalmente perante a Câmara de Vereadores;
- (E) Ricardo e Bruno são isentos de pena, pois a embriaguez do primeiro foi culposa e do segundo decorreu de força maior.

Realização

